

PARA PROFESSORES, SALÁRIO DESIGUAL EVIDENCIA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

Salários diferentes para trabalho igual, ausência de plano de carreira e concurso, represamento, maximização e contratos temporários. Esse foi o balanço da atual situação do trabalho docente na PUC-SP, segundo os próprios professores da casa, reunidos no dia 18/8, na sede da APROPUC.

Bia Abramides abriu as intervenções comentando a atual conjuntura da PUC-SP, de precarização do trabalho e mercantilização do ensino. Depois, falou sobre as irregularidades das tabelas diferenciadas de salários. "Mesmo sem o Acordo Interno, as convenções coletivas do Sintro-SP são bem claras: trabalho igual, salário igual", comentou. "O que ocorre hoje na PUC-SP é totalmente irregular", disse.

A presidente da APROPUC também explicou que a diferença salarial entre professores novos e anti-

gos atinge a todos, e não somente os professores novos. "Quando um assistente mestre se doutora, ele passa a receber de acordo com a nova tabela salarial. Isso significa um represamento da carreira. A regra é alterada no meio do caminho", disse Bia Abramides.

Reunidos, os professores também denunciaram casos de docentes que estão contratados há anos como substitutos, doutores que são contratados como auxiliares de ensino, a maximização, a ausência de carreira, concurso e a falta de incentivo à pesquisa.

Na sequência, o representante docente da Faculdade de Ciências Sociais no Consun, Edson Passeti, apresentou algumas reflexões sobre a situação do trabalho dos professores na PUC-SP. Além de alertar para os problemas aca-



VALÉRIOPAVIA

Em reunião na sede da APROPUC professores discutem as tabelas salariais diferenciadas

dêmicos que a diferença salarial pode gerar, pois reforça a maximização, os contratos temporários podem provocar uma reciclagem nos quadros docentes.

"A tendência é a universidade querer baratear os custos, substituindo os professores antigos por mais novos", alertou Passeti. Isso porque a Fundação São Paulo quer implantar um novo plano acadêmico para a universidade, que ainda não foi discutido pelo Consun. Esse plano acadêmico deve consagrar a mudança no regimento da universidade que determina um quadro de 30% de auxiliares de ensino.

No final, os professores concluíram que as tabelas atingem todos os professores da casa de maneira diferente, precarizando o trabalho. Foi decidido que a APROPUC acompanhará todo o processo com sua equipe jurídica e noticiará os desdobramentos no *PUCviva*.

ACORDO INTERNO

A APROPUC ainda continua sem uma resposta por parte do reitor sobre a data em que a Fundação poderá receber a entidade para discutir o Acordo Interno. Em julho, a diretoria da APROPUC procurou o professor Dirceu de Mello expondo a situação criada pela Fundação São Paulo com sua negativa em negociar um novo acordo interno docente. O reitor até o fechamento desta edição ainda não havia conseguido agendar junto aos secretários executivos da Fundação uma nova reunião de negociação.

Nesta semana continuamos a publicar a reação dos professores a esta situação e, cada vez mais se aprofundam as opiniões que criticam a falta de diálogo da Fundação. Veja na página 3 mais depoimentos de nossos docentes.

VEJA AINDA NESTA EDIÇÃO

A LUTA DOS ESTUDANTES
DE SERVIÇO SOCIAL PELA
GRATUIDADE DO CURSO

Página 4

Estudantes de Geografia conquistam importante vitória

Após duas semanas de paralisação, no dia 16/8, os estudantes de Geografia voltaram às aulas, após um processo vitorioso de lutas, que conquistou a contratação de quatro professores por tempo indeterminado.

O problema de falta de professores na Geografia começou no início do ano, quando o Consad (Conselho Superior de Administração) determinou a contratação de cerca de 90 professores temporários para

suprir a falta de docentes em diversos cursos, entre os quais a Geografia. Com o fim das aulas, no mês de junho, a PUC-SP e a Fundação fizeram as contas e, ignorando qualquer critério acadêmico e trabalhista, decidiram demitir alguns desses professores e recontra-los para o início do segundo semestre, burlando o período de férias.

Tamanha instabilidade fez com que apenas um dos três professores aceitasse

ministrar aulas novamente no curso. Para completar o cenário, a então chefe de departamento, Kátia Kalil, pediu demissão, argumentando "falta de identificação com a instituição". Dessa forma, o departamento, que conta com 15 professores, iniciou o segundo semestre sem condições de oferecer diversas matérias da grade curricular.

Revoltados com esta situação, os estudantes de geografia paralisam o curso, reivindicando, entre outras coisas, a

contratação definitiva de professores. Após muita mobilização conseguiram importante vitória para o movimento, com a garantia de contratação de quatro professores por tempo indeterminado para o curso.

A paralisação da Geografia está longe de ser um fato isolado. A crise do curso é reflexo de situações que a APROPUC e os diversos cursos e departamentos da universidade têm denunciado há bastante tempo.

Alunos de Ciências Sociais organizam a Dessemana

Entre os dias 20 e 27/8, acontece a Dessemana de Ciências Sociais. Trata-se de um evento auto-gestionário, organizado pelos alunos do curso de graduação e pós-graduação de Ciências Sociais da PUC-SP, que terá como tema central *Resistências* (no plural). A escolha partiu dos alunos do curso, impelidos por seus interesses e questionamentos, com o intuito de promover uma semana plural e participativa, aberta a todos os estudantes. Segundo os organizadores do evento, "o curso de Ciências Sociais há muito parece morto pela politicagem de alguns, por desinteresse e apatia de muitos, pela desunião dos estudantes do curso. Vamos então fazer a Dessemana - que eu desorganizando posso me organizar".

A mesa de abertura aconteceu na última sexta-feira, no Museu da Cultura, com a presença de Edson Passetti, Marijane Lisboa e Edgar de Assis Car-

valho, sendo coordenada pela diretora da faculdade de Ciências Sociais, Maria Margarida Limena.

Vários debates abordarão temas como a questão indígena, que contará com a presença de Lucia Helena Rangel e o estudante Edson Kaiapó, dia 25/08 às 19h30; Globalização e sociedade de risco, com a presença de Luiz Eduardo Wanderley e Marco Aurélio Nogueira, dia 27/8, às 17h, entre outros.

No dia 24/8, às 9h, a presidente da APROPUC, Bia Abramides, participa do debate Política Educacional no Brasil, juntamente com o ex-professor da PUC-SP Erson Martins de Oliveira e o professor José Balsani.

A Dessemana também terá projeção de filmes, que acontecerão todos os dias às 15h no auditório 134-C do Prédio Novo. A relação completa das mesas, bem como seus horários e locais estão na agenda do site da APROPUC: www.apropucsp.org.br.

A APROPUC CONVIDA PARA O LANÇAMENTO DA REVISTA

Cultura Crítica Nº 10

100 ANOS SEM EUCLIDES DA CUNHA

Debate com:

PROF.^a MS. CELINA LEAL DOS SANTOS

Prof. Dr. ERSON MARTINS DE OLIVEIRA

PROF. DR. JOÃO HILTON SAYEG-SIQUEIRA

PROF.^a RACHEL APARECIDA BUENO DA SILVA

COORDENAÇÃO:

PROF. MS. JOÃO BATISTA TEIXEIRA DA SILVA

**dia 31/08/2010, às 19:30h
sala 333, prédio novo, PUC-SP
Rua Ministro Godoy, 969, 3ª andar**

PUCViva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Apropuc: Rua Bartira 407 -
CEP: 05009-000 -
Fone: 3872-2685.

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Victor Sousa,
Caio R. Zinet e Marina D'Aquino

Fotografia: Luana Lila

Projeto Gráfico, Edição de Arte
e Editoração: Valdir Mengardo
e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz
Abramides, João B. Teixeira,
Priscilla Cornalbas, Lúcio Flávio R.
de Almeida e Victoria Weischtorrt

Afapuc: Rua Cardoso de
Almeida 990 - Sala CA 02 -
Fone: 3670-8208.

PUCViva: 3670-8004 - Correo
Eletrônico: pucviva.jornal@uol.com.br - PUCViva na Internet:
www.apropucsp.org.br

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.



Willis Guerra
Faculdade de Direito

Não é bom perdermos o nosso Acordo Interno, culpabilizando a Fundação, que se recusou a renovar ou, mesmo, discutir os termos de novo Acordo e, claro, menos ainda, culpabilizar a diretoria da APROPUC, que tentou travar negociações nesse sentido. Para mim, essa lamentável perda decorre principalmente da falta de engajamento dos interessados, ou seja, o corpo docente da PUC, que não comparece às Assembleias convocadas para tratar de seus interesses, deixando que uma minoria ínfima o represente, expondo-se por eles a riscos como esse, de sofrer perdas e eventuais retaliações.

Salete Oliveira
Departamento de Política

Na PUC-SP vivemos há algum tempo a sucessão de perdas gradativas. As coisas continuaram e as perdas foram se avolumando, sutis, insidiosas. A renovação do Acordo Interno é, antes de mais nada, uma condição acadêmica elementar caso a PUC-SP não queira se nivelar às universidades privadas que se constituem como nichos medíocres e profícuos na profusão de diplomas e certificações. A permanência do Acordo Interno expressará que a PUC-SP ainda mostra condições de

ACORDO INTERNO: mais docentes querem que a Fundação reabra as negociações

se equiparar com as universidades de excelência acadêmica, não pelos programas de efeitos estatísticos, mas pelo fato de que o nivelamento por baixo é inaceitável.

Ely Antonio Dirani
*Representante Docente da
Faculdade de Ciências Matemáticas e
Tecnologia no Consun*

O diálogo é a chave para todos os problemas. Isso deve ser considerado, pois sempre fez parte da história e da democracia da PUC-SP.

Regina Gadelha
Departamento de Economia

Eu acho um absurdo, porque o Acordo Interno é uma conquista de muitos e muitos anos, além da Fundação São Paulo não negociar com a APROPUC, que é nosso representante legítimo e o meio que conseguimos todas nossas conquistas de direito. É um prejuízo imenso. Eu considero um verdadeiro retrocesso na democracia da PUC-SP e nos direitos dos professores, que tem piorado a cada ano. Ultimamente, a Fun-

dação São Paulo não avançou e não concedeu nada. Não temos aposentadoria e garantia de trabalho. O que está ocorrendo é muito grave.



**Maria da Graça
Machina Gonçalves**
*Faculdade de Ciências
Humanas e da Saúde*

Eu acho que a gente sempre valorizou a possibilidade de negociação interna, de ter um espaço de enfrentamento conjunto das questões que a PUC-SP enfrenta. Deveríamos insistir na via da negociação e procurar estabelecer um diálogo, que tome as questões trabalhistas dentro da realidade da PUC-SP. Dentro daquilo que a gente considera mais importante num

projeto de universidade que defendemos, discutimos e debatemos.

É preciso discutir o Acordo Interno dentro de uma perspectiva de projeto de universidade, esse sempre foi nosso debate. Pensar as condições de trabalho para que viabilizem a qualidade do nosso trabalho e dentro do que pensamos que deve ser a universidade, por isso é um espaço privilegiado. É nesse sentido que o Acordo Interno qualifica o trabalho docente, por isso que a gente insiste em ter esse espaço internamente, para além dos sindicatos. Não é só para conseguir mais benefícios, mas para fazer um elo com a qualidade do nosso trabalho. Essa é a importância da negociação.

Arnaldo Nogueira
Departamento de Administração

Durante os meus 28 anos de PUC-SP conheci um movimento docente que primava pela democracia, em que tudo era negociado. Eu mesmo fui negociador da APROPUC junto à Reitoria do professor Wanderley. Uma das diferenças fundamentais é este ambiente democrático e de negociação das condições de trabalho.

Diante da crise que envolve a universidade romper com as negociações significa um retrocesso muito grande em termos de filosofia e paradigma de gestão. Ensino para os meus alunos que a questão essencial é lidar com os conflitos através da negociação, e sempre utilizei o exemplo da PUC-SP, pois, mesmo havendo uma legislação federal e uma convenção do sindicato ela se constituía num paradigma avançado das relações de trabalho, como ocorre com as empresas mais modernas do mundo.

Serviço Social continua em luta

Os estudantes do curso de Serviço Social fizeram paralisação durante dois dias reivindicando entre outras coisas, a anistia aos inadimplentes, a gratuidade do curso e a retomada do corredor de Serviço Social que foi cedido a outros cursos.

Na segunda feira, 16/8, foi realizada reunião entre uma comissão de cinco estudantes, professores do curso de Serviço Social e o reitor Dirceu de Mello. Segundo relatos, o reitor afirmou ser simpático às reivindicações, mas que não pode fazer nada pois depende da Fundação São Paulo para tomar uma decisão.

A professora Margarida Limena, diretora da Faculdade de Ciências Sociais, enviou uma carta solicitando uma reunião com os Secretários Executivos da Fundação São Paulo, com o intuito de que os estudantes e professores de Serviço Social levem suas reivindicações para os padres da Fundação São Paulo.

Os estudantes de Serviço Social, Geografia e de diversos outros cursos fizeram um ato conjunto, no dia 12/8. Os alunos percorreram os corredores da universidade realizando um "apitaco", para divulgar suas reivindicações para toda a comunidade puquiense. Embora existam reivindicações específicas, a paralisação dos dois cursos evidencia a crise de sucateamento da educação e mercantilização do ensino que a universidade está passando. Veja ao lado trechos dos documentos dos estudantes e a carta do coletivo de professores do curso de Serviço Social.



FLAVIO DUTRA

Estudantes e professores de Serviço Social reúnem-se para discutir a gratuidade do curso

Carta dos alunos de Serviço Social à Reitoria e Fundação

Vimos por meio deste documento e do movimento instituído pelos discentes de Serviço Social, na luta por nossos direitos, apresentar nossas reivindicações acadêmicas e sociais perante a PUC-SP e a Fundação.

(...) Temos interesse em participar mais ativamente no que diz respeito à comunidade da PUC-SP. Pensamos ser importante e fundamental para uma sociedade mais justa e democrática que esta instituição continue seguindo com sua tradição de referência nacional, uma universidade que não está embasada na ordem econômica, mas sim na ordem social.

Solicitamos a gratuidade do curso de Serviço Social por estar comprometida com a qualidade da formação de futuros profissionais, que promoverão por meio de sua prática a defesa intransigente dos direitos humanos. (...) Entendemos que o curso, referência nacional de formação, sendo gratuito proporcionará maior acesso e permanência à educação superior no Brasil.

(...) Temos conhecimento das diferentes mensalidades existentes para os estudantes de nosso curso, que variam entre R\$ 403,00 e R\$ 736,80, gerando assim alto número de inadimplência. Desta

forma solicitamos a gratuidade sem a perda da qualidade do ensino, mantendo a atual estrutura pedagógica, além da anistia da dívida dos inadimplentes e o retorno ao espaço físico sempre ocupado pelo curso de Serviço Social.

Os estudantes deliberaram, em assembléia realizada em 11/8 de 2010:

- Gratuidade do curso de Serviço Social, por meio da filantropia, sem a sua precarização;
- Anistia da dívida de todos os estudantes inadimplentes do Serviço Sôcia;
- Retorno ao espaço físico ocupado historicamente pelo curso.

Sobre a gratuidade do curso de Serviço Social da PUC-SP

No período recente, o Serviço Social brasileiro tem experimentado significativo impulso nos vários setores do mercado de trabalho. A diretriz da descentralização e da municipalização das políticas sociais, definida na Constituição de 1988, vem determinando aumento da procura de Assistentes Sociais nos municípios, especialmente na área da Assistência Social. Por meio da mobilização política, os organismos representativos da categoria profissional, em aliança com os gestores públicos da área, lograram o reconhecimento da importância de preservar a inserção dos Assistentes sociais nos diversos quadros profissionais. (...)

O curso de Serviço Social da

PUC-SP, pioneiro no Brasil, vem merecendo há mais de 10 anos a atribuição de "cinco estrelas", sendo considerado o melhor curso do país, no ranking periodicamente publicado pelo Guia do Estudante, da Editora Abril.

O curso recebe, regularmente, alunos transferidos de outras IES, bem como portadores de diplomas de graduação para matrícula por suficiência. Bem como alunos vindos da África e América Latina. (...)

No ano de 2010, no entanto, observou-se a queda do número de alunos inscritos no Vestibular. Ora, não é a primeira vez que se registra queda atípica de procura pelo curso. A então Faculdade de Serviço Social - hoje Cur-

so de Serviço Social - pela decisão e ação coletiva de seu corpo docente manteve uma posição de resistência e de criativa busca de alternativas. (...)

Nesse sentido o coletivo de professores há anos vem discutindo a gratuidade como uma possibilidade. Tal alternativa se justifica, pois na cidade de São Paulo inexistia o curso de Serviço Social na modalidade gratuita. (...) É por todas estas razões, alimentada pelo aceno da Fundação São Paulo e Reitoria que o curso de Serviço Social da PUC-SP se anima a reivindicar gratuidade para seus alunos.

Coletivo de Professores do Curso de Serviço Social da PUC-SP

Eleições da APG: um convite à reflexão

Hoje, 23, começam as eleições para a escolha da coordenação geral, conselhos e colegiados da Associação dos Pós-graduandos da PUC-SP (APG). O processo eleitoral, que vai até o dia 28, será realizado nos campi Monte Alegre e Coagea (Consolação), de 9h30 às 20h30, de segunda a sexta, e no sábado, de 9h30 às 13h30. Os eleitores devem comparecer ao local da votação munidos de RG ou de qualquer documento de identificação com foto. Em casos especiais, será exigido também o comprovante de matrícula. Concorrem duas chapas: APG Ativa, que tenta a reeleição, e Diversidade em Ação, a primeira chapa de oposição inscrita em um pleito da APG desde 1999.

Essa poderia ser uma informação trivial, mas não é. Ela pede uma reflexão. Há mais de dez anos a direção da APG está nas mãos de um mesmo grupo, que se candidata continuamente, mantendo-se no poder. Quer dizer: não há debate de ideias entre chapas oponentes e, vale a crítica, tampouco há questionamentos por parte dos pós-graduandos quanto a isso. Há mesmo quem desconheça o que vem a ser a APG e sua finalidade. E aqui está o perigo para a democracia na PUC-SP: o silêncio obsequioso e a ausência da crítica produzem estagnação e conformismo,

e a situação da APG hoje é exemplar desses aspectos.

A associação, fundada em 3 de dezembro de 1990, representa os pós-graduandos em nível nacional, de forma autônoma. Entre outros aspectos, a sua composição deve contemplar os diversos programas existentes na PUC-SP. Entre suas atribuições estão promover a integração dos estudantes em vários aspectos da vida universitária e manifestar-se sobre assuntos de seus interesses dentro e fora da universidade, reivindicando condições de estudo, de pesquisa e de serviços gerais. Além disso, a direção da entidade deve convocar uma assembleia geral a cada início de semestre para discutir questões de interesse da comunidade, publicar o edital para as eleições a cada dois anos, no mês de maio, e dar publicidade às suas ações e à prestação de contas.

Mas o que acontece atualmente? A hegemonia de um grupo na direção da entidade e uma gestão apática, confinada à rotina da administração da sala de apoio aos pós-graduandos. O site oficial da entidade reflete essa condição: informações caducas e pouco úteis para os usuários. Mais grave ainda: não se tem notícias da prestação de contas da APG, mesmo porque não há convocação da assembleia geral semestral, como rege o Estatuto.

Há de se ressaltar que esse quadro é também um reflexo do processo de mudanças pelo qual a PUC vem passando nos últimos anos. A tendência à adoção de um modelo de mercantilização do ensino de um modo a exercer um maior controle sobre professores e alunos, contradiz o histórico da instituição em sua luta pela liberdade de expressão e pela democracia no país. A PUC-SP é também reconhecida nacionalmente por seu perfil de universidade particular comunitária, congregando estudantes de diversos segmentos sociais, de diferentes regiões brasileiras e de outros países, mas isso gradualmente vem se transformando com os novos rumos da instituição. E o que a APG tem feito para debater essa realidade, refletir sobre ela? A resposta é o silêncio confortável da perpetuação de um grupo no poder.

O atual processo eleitoral expressa mais um aspecto dessa situação. No final de maio deste ano, um grupo de estudantes procurou informar-se na APG sobre as eleições, obtendo poucas informações. Por coincidência ou não, no mesmo dia surgiu, no mural da associação, um edital convocando a comunidade acadêmica para as eleições e para inscrição de chapas. Detalhe: o prazo encerrava-se naquele mesmo dia. Mes-

mo assim, conseguimos nos mobilizar e inscrever a chapa Diversidade em Ação, formada por pós-graduandos de diversos programas, tanto na composição da coordenação geral quanto dos conselhos e colegiados.

Provavelmente pela falta de hábito de haver concorrentes no processo eleitoral, o encaminhamento das eleições tem sido marcado pelas constantes alterações no período de votação. Inicialmente concebido para o intervalo entre 15 e 22 de junho, foi mudado, por pressão da Diversidade em Ação, para o mês de agosto (entre os dias 16 e 21), a fim de que houvesse efetivamente uma campanha, com debates públicos e a participação da comunidade acadêmica. Esse período quase foi modificado novamente, de forma unilateral, para 30 de agosto a 4 de setembro, quando, em uma nova reunião em 17 de agosto, chegou-se ao consenso de realizar as eleições no prazo atual: de 23 a 28 de agosto.

Essa "Fala" tem um objetivo: mais do que pedir votos para a Diversidade em Ação, ser um convite a um pensar profundo sobre as práticas acadêmicas na PUC. Por isso, pós-graduando, reflita e vote em Diversidade em Ação.

GAUCHE NA VIDA

O outro 25 de abril e as Diretas Já

Valerio Arcary

Existem acontecimentos que despertam o assombro generalizado porque a força de impacto é instantânea. O fim das ditaduras em Portugal e no Brasil, as lutas sociais depois da queda de Marcelo Caetano e as Diretas no Brasil, respeitadas as devidas proporções, estiveram entre processos dessa grandeza, porque aconteceram no contexto de mobilizações populares de tal imponentia que merecem ser qualificadas como revolucionárias. E revoluções foram sempre majestosas. Porque a legitimidade da luta de milhões de pessoas, o traço distintivo de processos revolucionários, impõe-se de forma irrefutável, mesmo se terminam derrotadas. Interpretações marxistas inspiraram-se na revolução russa para construir referências teóricas comparativas de análise para outros processos de intensa luta de classes. A fase democrática dos processos revolucionários contemporâneos remeteria à revolução de fevereiro, quando ocorreu a queda da monarquia, e a fase anticapitalista à revolução de outubro (TROTSKY, 2007). Nesse marco teórico, a luta pelas Diretas poderia ser caracterizada, por analogia, como um Fevereiro interrompido.

Em Portugal, em 1974, a queda da ditadura fascista abriu uma situação revolucionária. No Brasil a que-

da da ditadura, dez anos depois, exigiu a maior mobilização política da história contemporânea. E uma curiosa coincidência uniu os destinos do Brasil e de Portugal. O dia 25 de abril teve importância crucial na luta que se desenvolveu dos dois lados do Atlântico contra as respectivas ditaduras. Mas o acaso quis que a mesma data tivesse significados muito diversos nos dois países.

Em Lisboa, no dia 25 de abril de 1974, uma insurreição militar cirúrgica derrotou, em menos de vinte e quatro horas, um regime ditatorial longo de quase cinco décadas, incapaz de oferecer resistência. Uma situação revolucionária precipitou-se quando milhares de pessoas saíram às ruas e, em poucas semanas, descobriram que eram milhões os que estavam, politicamente, em movimento: assembleias nos locais de trabalho legitimavam greves por aumentos de salários; casas vazias eram ocupadas por movimentos populares de bairro; passeatas contra a permanência das tropas portuguesas na África defendiam o direito à independência das colônias, etc. A defesa das liberdades democráticas exigiu da revolução, nos dezenove meses seguintes, a derrota de duas quarteladas: em 28 de setembro de 1974 e no 11 de março de 1975. Revolução e contra-revolução mediram forças, seriamente, como já não acontecia na Europa desde o maio de 68 francês,

ou até mesmo desde a guerra civil espanhola dos anos trinta. Ao contrário do Chile, todo este intenso processo de lutas político-sociais aconteceu quase sem derramamento de sangue. O regime democrático-liberal português - que logrou, depois do 25 de novembro, a estabilização em um processo de longa duração - conseguiu derrotar o perigo de uma revolução social, mas ficou com as marcas deixadas pelo processo revolucionário (ROSAS, 2004). As comemorações do 25 de abril em Portugal, a cada ano, celebram a memória dessa esperança. Recorrendo outra vez à analogia, um Outubro interrompido.

Dez anos depois, em outro 25 de abril, culminando noventa dias de luta pelas Diretas já, a ditadura militar estava esgotada, politicamente, mas ainda obteve a vitória parlamentar que precisava para impedir a queda de Figueiredo e conseguir uma solução da crise política - expressão da crise econômica e social mais grave desde 1964 - por dentro das instituições do regime. Entre o 25 de janeiro e o 25 de abril, milhões de brasileiros foram às ruas em sucessivas manifestações que tomaram as principais cidades do país, e fizeram tremar o último governo da ditadura para exigir a convocação de eleições presidenciais diretas.

As Diretas, como ficaram conhecidas as jornadas de luta democrática de

1984, foram a maior mobilização política de massas da história do Brasil nos últimos trinta anos. Não obstante, embora o governo Figueiredo tenha sido politicamente paralisado, não chegou a ser derubado no dia 25 de abril de 1984. A ditadura não caiu. Não obstante, as liberdades democráticas conquistadas nas ruas foram garantidas e, finalmente, o regime militar acabou. A força política das Diretas revelou-se insuficiente para alcançar, imediatamente, o direito de eleger pelo sufrágio universal o presidente da nação. A democracia liberal brasileira nasceu de uma luta política de massas, mas a ditadura não foi deslocada. Sua queda foi amortecida por um grande acordo que, finalmente, apesar de ter sido respeitado, nem sequer chegou a ser cumprido. Quis o acaso que o resultado das Diretas terminasse sendo esdrúxulo: Tancredo Neves foi eleito presidente tendo José Sarney como vice, mas não tomou posse, porque veio a falecer.

Valerio Arcary é professor do IFSP (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo), graduado em História pela PUC/SP, e doutor pela USP. Autor de *O encontro da revolução com a História: socialismo como projeto na tradição marxista*. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann; Xamã, 2006.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Entidades protestam contra PEC que cria a Polícia Penal

A Pastoral Carcerária e a ONG Justiça Global enviaram uma carta para o Senado Federal, manifestando-se contra a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 308/2004. Essa PEC cria a chamada Polícia Penal, que atuaria dentro das prisões em âmbito nacional.

A nova polícia teria poderes para investigar e reprimir crimes dentro das cadeias. Em nota disponível no site da APROPUC,

as entidades afirmam que, com a criação da Polícia Penal, "quem tem o dever de custódia está simultaneamente encarregado de investigar delitos, muitos dos quais praticados por policiais ou presos no interior das próprias carceragens", criando assim um conflito de interesses permanente entre os deveres de custodiar e investigar crimes.

PLANO DE SALÁRIOS

A criação da Polícia Pe-

nal significaria ainda menos transparências e controle dentro da atividade prisional, reconhecida em todo o Brasil pelo alto índice de corrupção, violência física e diversas outras violações de direitos humanos. Além disso, a PEC não prevê melhoria nas condições de trabalho como a implantação de um plano de cargos e salários que garanta condições decentes de trabalho para os trabalhadores dos presídios brasileiros.

MST realiza ato pela Reforma Agrária

No dia 20/8, o MST realizou um ato-político cultural na Praça da Sé, em São Paulo, para reivindicar a Reforma Agrária no país e denunciar os altos índices de concentração de terra no Brasil.

Segundo o MST, 43% das terras agricultáveis do país estão na mão de 1% dos proprietários. Por outro lado, quatro milhões de famílias não têm terra para trabalhar. Os manifestantes denunciaram crimes cometidos pelo agronegócio.

A atividade fez parte de uma mobilização nacional do MST, que vem realizando atividades durante o mês de agosto em todo o país.

Presidente de associação de professores do Rio é vítima de perseguição

O presidente da ADU-ENF (Associação dos Docentes da Universidade Estadual Norte Fluminense), Marcos Pedlowski, é alvo de uma sindicância instaurada pelo Reitor Almyr Junior Cordeiro de Carvalho, por conta de um editorial no jornal da entidade. A Sindicância veio às

vésperas de um indicativo de greve da categoria que reivindica 82% de reposição salarial.

A APROPUC enviou uma nota de solidariedade, manifestando seu apoio onde afirma que há uma "tentativa de intimidação contra os docentes e servidores técnico-administrati-

vos que reivindicam reajuste salarial e melhores condições de trabalho". O documento também afirma que o "ambiente universitário deve ser um espaço de tolerância e de liberdade de opinião, o que não condiz com perseguição política". No site da APROPUC é possível ler a nota na íntegra.

Andes-SN realiza encontro sobre aposentadoria

Nos dias 27 e 29/8, será realizado o XV Encontro Nacional de Assuntos de Aposentadoria do Andes-SN, na Universidade Federal do Paraná. O evento contará com a presença de docentes de diversas regiões do país para aprofundar discussões relacionadas à aposentadoria. A organização é do Grupo de Trabalho Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria do Sindicato Nacional.

A APROPUC participará do evento com a professora Victoria Weischorst, do Departamento de Letras e vice presidente da Associação dos Professores da PUC-SP. Já a mesa *Previdência social em tempos de precarização do trabalho*, haverá participação da professora Maria do Socorro Cabral, do Departamento de Serviço Social.

Série de programas denuncia locais de tortura no regime militar

O jornalista da TV Record, Rodrigo Vianna, produziu quatro reportagens que foram ao ar na semana do dia 16/8, mostrando detalhes sobre os sítios clandestinos da repressão.

No primeiro episódio o jornalista investigou os locais de interrogatórios, torturas e assassinatos de opositores da ditadura. Em ou-

tro episódio, mostrou o sítio 31 de Março e a Casa da Morte, em Itapevi, locais onde aconteciam torturas e aulas de tortura.

O terceiro episódio fez um perfil de diversos financiadores da repressão e, no último episódio, denunciou a existência de um escritório da Operação Condor em São Paulo. Desde o fim da

ditadura militar, no ano de 1985, poucos torturadores foram investigados e toda a tentativa de fazer uma investigação completa com a punição dos mesmos, tem sido boicotada pelo Congresso e barrada pelo Superior Tribunal de Justiça. As reportagens estão disponíveis no site r7.com.br.

ROLA NA RAMPA

Servidores do Judiciário protestam durante debate

Os servidores do Judiciário paulista, em greve há 113 dias, esquentaram um pouco o clima do sonolento debate dos presidenciais promovido pela UOL, no TUCA, no dia 18/8. Do lado de fora do teatro, foi organizado um protesto contra o ex-governador de São Paulo José Serra, que nem sequer negociou com a categoria que reivindicava recomposição anual das perdas inflacionárias não cumpridas pelo Tribunal de Justiça há dois anos e prevista na Constituição Federal, além de dívidas de férias, licença-prêmio, fator de atualização monetária, entre ou-

tros. Dentro do teatro, sem Plínio (PSOL), Zé Maria (PSTU) e Ivan Pinheiro (PCB) os três candidatos que lideram as pesquisas de intenção de voto expuseram suas semelhantes propostas para temas como educação, impostos e pedágios. O tema da desigualdade abissal que o Brasil vive não foi mencionado por nenhum candidato. Se houve pouca democracia na mesa, faltou mais ainda no acesso ao público, que ficou limitado aos convidados dos candidatos e aos usuários da UOL, num teatro que diariamente abre suas portas à comunidade puquiana para os seus espetáculos.

PUC-SP obtém boa classificação na avaliação institucional

Saiu o resultado da avaliação institucional do MEC, concluída no dia 7/8, na PUC-SP. Segundo o relatório final, a universidade obteve média quatro, num universo que varia entre um e cinco. Entre os itens que obtiveram nota máxima estão a política para ensino, pesquisa e extensão, procedimentos para estímulo à produção acadêmica, bolsas de pesquisa e monito-

ria; responsabilidade social da instituição; organização e gestão da instituição, órgãos colegiados, autonomia frente à mantenedora e participação dos segmentos da universidade nos processos decisórios. Por outro lado, os pontos fracos detectados pelos avaliadores e que mereceram a nota três foram a infra-estrutura física e a sustentabilidade financeira da instituição.

Semana de Direito

Entre os dias 23 e 27 de agosto acontecerá a Semana de Direito, organizada pelo Centro Acadêmico 22 de Agosto, com o tema Direito em Movimento. Todas as atividades ocorrem na sala 239, das 9 às 12h e, das 19 às 22h. As atividades abordam diferentes eixos do Direito, com debates sobre direitos humanos, democracia, direito penal, a questão da terra e de movimentos sociais com palestrantes de diferentes áreas do conhecimento. Para conferir a programação completa, vá até o Cen-

tro Acadêmico 22 de Agosto, na Prainha. Além dos debates, na sexta-feira será realizado um Ato Contra a Criminalização dos Movimentos Sociais, com participação do Tribunal Popular, MST, Juízes Pela Democracia, Ministério Público Democrático, Defensoria Pública do Estado, Departamento de Direitos Difusos e Coletivos da PUC-SP, entre outros. A abertura ocorreu no dia 17/8, com o lançamento do livro *(Re)pensando o direito: Estudos em Homenagem ao professor Claudio de Sicco*.

APROPUC promove lançamento de filme em SP

A APROPUC realizará o lançamento do filme *Carregadoras de Sonhos*, em São Paulo, juntamente com a Associação dos Professores da USP,

em data a ser definida. O filme conta a história de quatro professoras. A Revista Fórum também vai lançar o filme em setembro.

Preparativos para Semana de Arte Modesta

A Semana de Arte Modesta, que tradicionalmente é impulsionada pelo CA Benévices Paixão, está chegando à sua 14ª edição. Por isso, toda a comunidade está sendo convocada a participar da construção desse evento que, ao menos por uma semana, busca transformar a universidade em palco de manifes-

tações artísticas, contribuindo com a troca de ideias, reflexões e interações. Pessoas interessadas e dispostas a compor o grupo de organizadores podem comparecer na próxima reunião, que será realizada no dia 24/8, às 21h, no Pátio do Benê (Faficla). Para outras informações, samodesta@gmail.com.



Membros da Chapa Diversidade em Ação se reúnem na APROPUC

Chapa Diversidade em Ação debate programa na APROPUC

A chapa Diversidade em Ação, que concorre às eleições da Associação de Pós-Graduandos da PUC-SP, APG, apresentou suas propostas de trabalho durante reunião com a diretoria da APROPUC. A chapa afirmou que pretende aproximar os estudantes do papel político, cultural e acadêmico da APG. "Queremos provocar

os estudantes para que eles contribuam politicamente com suas elaborações em debates para a comunidade acadêmica e sociedade", afirmou Jonas Rodrigues Moraes (História, Doutorado). As eleições da APG acontecem nesta semana, entre os dias 23 e 28, na sede da entidade e no campus Consolação/Cogea.